

**CULTURA POLÍTICA E ESTADO  
NA AMÉRICA LATINA E FILIPINAS.<sup>1</sup>**  
*POLITICAL CULTURE AND STATE IN  
LATIN AMERICA AND THE PHILIPPINES.*

Mario Luis Grangeia\*  
Matias López\*\*

**RESUMO:** O modelo político latino-americano – e brasileiro em particular – é tradicionalmente atribuído por pesquisadores locais à herança ibérica, argumento reforçado ainda hoje. Entretanto, tal variável também se vê nas Filipinas, ex-colônia espanhola do sudeste asiático cuja política e cultura têm muito em comum com a América Latina. Esses países compartilham a desigualdade social e política, patrimonialismo, clientelismo e desafios como a insatisfação popular com as elites políticas e altos níveis de violência urbana. Embora com padrões institucionais e culturais que remontam ao passado ibérico, países latino-americanos e as Filipinas encararam dilemas opostos. Enquanto o corporativismo e o excessivo estatismo são vistos como problemas nas principais economias latino-americanas, o maior problema indicado pela literatura nas Filipinas é a atrofia e a incapacidade do Estado: haveria Estado demais em ex-colônias nas Américas e Estado de menos na ex-colônia asiática. Exploramos esse contraste entre sociedades parecidas e Estados diferentes para problematizar argumentos causais caros às literaturas brasileira e latino-americana. Para apoiar nossa aproximação entre os casos latino-americanos e o fili-

---

<sup>1</sup> Este estudo, realizado no Núcleo Interdisciplinar de Estudos sobre Desigualdade (Nied/UFRJ), teve uma versão anterior apresentada numa mesa-redonda do XVIII<sup>o</sup> ISA World Congress of Sociology, em Yokohama (jul./2014). Somos gratos a Elisa Reis e Felix Lopez por comentários sobre uma primeira versão deste trabalho.

\*Doutorando em Sociologia no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); Pesquisador do Núcleo Interdisciplinar de Estudos sobre Desigualdade da Universidade Federal do Rio de Janeiro (NIED/UFRJ), Rio de Janeiro (RJ), Brasil; E-mail: mario.grangeia@gmail.com

\*\*Doutorando en el Programa Doctoral en Ciencia Política de la Pontificia Universidad Católica de Chile (Puc-Chile), Santiago, Chile; colaborador do Núcleo Interdisciplinar de Estudos sobre Desigualdade da Universidade Federal do Rio de Janeiro (NIED/UFRJ), Rio de Janeiro (RJ), Brasil; E-mail: mlopez8@uc.com

pino, comparamos dados de *survey* e exploramos o contraste entre o desenvolvimento histórico das Filipinas e do Brasil, considerado aqui um caso típico da América Latina.

**Palavras-chave:** desigualdade; América Latina; Filipinas; democracia; valores políticos.

**ABSTRACT:** *The Latin American political model – and Brazilian one in particular – has often been attributed by local scholars to an Iberian heritage, and also by current researchers. This variable is also seen in the Philippines, former Spanish colony in Southeast Asia whose politics and culture have much in common with Latin America. These countries share social and political inequality, patronage, clientelism and challenges such as dissatisfaction with the political elites and high levels of urban violence. Although with institutional and cultural patterns that date back to the Iberian past, Latin American countries and the Philippines have faced opposite dilemmas. While corporatism and excessive statism are seen as problems in Latin American main economies, the main problem in the Philippines indicated by the literature is the state's atrophy and inability: there would be excessive state in former colonies in the Americas and less state in the former Asian colony. We explore this coexistence of similar societies and different states to discuss causal arguments mobilized in Brazilian and Latin American literature. To support our approach among Latin American cases and the Philippines, we compare survey data and explore the contrast between the historical development of the Philippines and Brazil, considered here as a typical case of Latin America.*

**Keywords:** *inequality; Latin America; Philippines; democracy; political values.*

## 1 INTRODUÇÃO

Os rumos políticos na América Latina sempre intrigaram estudiosos de diversos campos. Apesar da influência ocidental, a democracia não foi uma regra na trajetória da região, marcada por

regimes autoritários e democracias instáveis. No passado, sociólogos e cientistas políticos usaram a América Latina como um exemplo de incompatibilidade cultural com a democracia (Huntington, 2006 [1968]; Lipset, 1963). Pesquisadores locais seguiram essa ótica, apontando causas históricas e culturais desse atraso latino-americano. Há dois principais argumentos causais para ele: heranças institucionais do regime colonial; e heranças de valores políticos incompatíveis com a democracia – e com a modernização em geral.

Existem evidências atuais que sugerem que ao menos parte do atraso da região se relaciona com padrões históricos (Rueschemeyer et al, 1992; Mahoney, 2010; Kurtz, 2013). Também existe uma comprovada correlação entre valores e desenvolvimento (Inglehart e Welzel, 2005). Contudo, se as mencionadas causas das dificuldades latino-americanas estão corretas, devem ter o mesmo efeito em países fora desse subcontinente. Nessa hipótese, outro país igualmente colonizado por ibéricos, com maioria católica e uma economia com base agrária deveria possuir valores e resultados políticos similares. Felizmente, não é preciso especular, porque existe um país com esse perfil: as Filipinas.<sup>2</sup>

A história colonial das Filipinas, país administrado pela Espanha entre 1521 e 1898, se assemelha à maioria da América Latina. Até hoje, mais da metade dos nomes de filipinos vêm do espanhol, embora o idioma não seja oficial nem habitual. O país também tem predomínio católico (mais de 80% da população), a desigualdade social se equipara à maioria dos casos latino-americanos e, mais importante, supera muito à dos vizinhos asiáticos. Também as Filipinas vivenciaram um regime autoritário, entre 1965 e 1986, e entraram na terceira onda de democratização ao lado de países latino-americanos como a Argentina, Brasil, Chile e Uruguai.

As Filipinas seriam um bom exemplo de país da América Latina, exceto por certos traços importantes como a composição étnica da população, a linguagem e peculiaridades culturais. A colonização dos Estados Unidos, outro marco relevante na história filipina, poderia ser levantada como uma grande diferença em relação ao nosso

<sup>2</sup> Outros países só preenchem alguns desses requisitos. Angola e Moçambique foram colônias portuguesas, mas até 1975, e foram fontes e reservas de escravos por séculos, enquanto a base econômica em colônias latino-americanas foi de *plantation*. O fluxo migratório europeu e o povoamento na América Latina foram muito mais expressivos.

subcontinente, mas se deve lembrar que a colonização americana e sua influência não são estranhas aos países latino-americanos.<sup>3</sup>

Esses casos apresentam sociedades semelhantes, mas têm padrões quase opostos nas relações Estado-sociedade, como atesta o Bertelsmann Stiftung Transformation Index (BTI, 2014). Segundo o BTI, as Filipinas exibem índices de transformação política (6,8) e estatismo (7,0) inferiores a países como Uruguai (10 e 10), Costa Rica (9,3 e 10), Chile (9,1 e 9,8), Brasil (8,2 e 8,3), Argentina (7,6 e 9,0) e México (6,8 e 7,8). Em termos de força e penetração do Estado, a América Latina e as Filipinas parecem estar em mundos opostos. Por isso, a comparação desses casos oferece quase um experimento histórico para uma questão recorrente na sociologia e na ciência política: quais os requisitos para um Estado se tornar forte? As Filipinas funcionam como um bom espelho para a América Latina. Se Estado demais é o nosso problema, temos no país asiático uma possível imagem do que seríamos sem ele. Também as Filipinas nos ajudam a entender quão relevante é a herança ibérica para explicar padrões políticos e atitudinais contemporâneos.

Na próxima seção, sustentamos nosso paralelo entre a América Latina e as Filipinas. A comparação se aprofunda na seção subsequente, na qual usamos dados de surveys (WVS, 2009; Latinobarometro, 2010; Asian Barometer, 2010) que evidenciam semelhanças entre valores políticos nas Filipinas e nos países latino-americanos mais populosos. A presença de valores políticos compatíveis reforça nosso argumento sobre sociedades parecidas na América Latina e nas Filipinas. Em seguida, contrastamos a história política das Filipinas com a do Brasil – tomado aqui como um caso típico da América Latina – a fim de avaliar a formação de um Estado fraco e outro mais robusto. Sumarizamos os estudos de caso buscando equilibrar as abordagens da cultura política e do desenvolvimento histórico nas seções anteriores. A conclusão realça a correlação entre sociedades com valores parecidos e Estados de perfis distintos e apresenta outras questões articulando a cultura com a política.

---

<sup>3</sup> Cuba e Porto Rico foram colônias dos EUA. Porto Rico é um estado americano associado, mas é comum vê-lo estudado junto à América Latina. Intervenções americanas estão na história de muitos países da América Central.

## 2 RELACIONANDO CULTURA E POLÍTICA

Meio século atrás, Almond e Verba (1963) frisaram que a cultura política correlaciona o nível micro dos comportamentos individuais ao nível macro da dinâmica dos sistemas políticos. Eles viram no México uma cultura antidemocrática profunda, mesmo se comparada com a Alemanha e a Itália, que tiveram regimes totalitários no passado recente à época do estudo. Eles foram criticados por assumirem que a estabilização da democracia dependeria de traços culturais antes de sua consolidação, dando à cultura política o status de variável independente. Outra crítica recebida foi de que teria sido mais útil comparar o México “com outros regimes autoritários ou ‘autoritário-corporativistas’ na América Latina, o sul da Europa ou regiões da África e Ásia do que com sistemas democráticos estáveis” (Craig e Cornelius, 1980, p. 383).

Desde Almond e Verba, a correlação entre a cultura e a política tem sido objeto de toda sorte de estudo no mundo. Antes, autores latino-americanos fizeram análises ricas do papel da herança colonial ibérica nos valores políticos e na trajetória política regional. Holanda (1991 [1936]) concluiu que os valores políticos criados a partir da colonização desafiaram a modernização: o personalismo exagerado levou à falta de coesão social, à fraqueza das instituições e ao desinteresse pela vida pública. Para Duarte (1966), o personalismo teria afetado o Estado – e não só a democracia – e o brasileiro médio seria apolítico e anárquico por não ligar o Estado a seu destino e a seus ideais. Já Vianna (1987) defendeu que a incompreensão do Estado como órgão em prol do interesse público criou um insolidarismo, responsável pelo hiato expressivo entre a lei escrita, feita pelas elites, e a lei de costume, familiar às massas. Seus subprodutos incluíram a despreocupação com o interesse coletivo, a falta de um espírito cívico e da ideia de bem comum.

Ainda no século XIX, Sarmiento (2003 [1845]) descreveu um choque cultural entre uma sociedade agrária bárbara e áreas urbanas, com influência mais europeia. Em que pesem seus argumentos racistas e datados, estudiosos contemporâneos seguiram sua visão

de que a cultura é o principal problema – ou uma das variáveis decisivas – no desenvolvimento da América Latina.

Hoje, pesquisadores do chamado “pensamento social” fazem o esforço de recuperar as categorias analíticas daqueles autores, reforçando a associação entre ideias ibéricas e o modelo político brasileiro e da região (Vianna, 2011; Ricupero, 2011). Na antropologia, Da Matta (1985), não adepto de uma análise comparativa formal, também frequentemente atribui o familismo e o autoritarismo brasileiros ao “legado” português, o que contrastaria com o individualismo e civismo dos americanos. Outros estudos propõem comparações mais livres que muitas vezes reforçam a ideia de que os valores da América Latina são antidemocráticos *per se*.

Nas últimas décadas, bancos de dados como o World Value Survey (WVS), LAPOP e Latinobarômetro ofereceram evidências de que a América Latina é marcada por valores tradicionais, ao menos parcialmente. Além disso, vários índices sobre desenvolvimento político, como o Freedom House Index e BTI, confirmam as dificuldades dos países latino-americanos com as instituições democráticas, o Estado de direito e a estabilidade política. Uma vez cruzados, os dados de cultura política e de estrutura política tendem a mostrar correlações notáveis (Inglehart e Welzel, 2005). A análise dos dados WVS também sugere que os países com um eixo civilizacional comum tendem a se agrupar em termos de valores. Segundo esse estudo, os países do Sul da Ásia e da América Latina estão no mesmo grupo de sociedades tradicionais, embora em lados opostos quanto aos valores de auto-expressão. Porém, as Filipinas estão mais perto da pontuação do Peru, por exemplo, do que de seus vizinhos, como a Indonésia.

### **3 VALORES POLÍTICOS NA AMÉRICA LATINA E NAS FILIPINAS**

Estariam as Filipinas mais perto da América Latina que do sul asiático em termos culturais? Um modo de abordar essa inferência é comparar dados recentes das pesquisas WVS, Latinobarômetro e Asian Barometer. Essa análise indica semelhanças nas percepções

de filipinos e latino-americanos em relação à legitimidade democrática e à confiança nas instituições, por exemplo. A democracia é preferida por cerca de 55% dos filipinos e cerca de 75% deles a veem como melhor forma de governo, apesar de seus problemas.

**Tab. 1** – Legitimidade democrática

	<i>“A democracia é preferível a qualquer outro tipo de governo.”*</i>	<i>“A democracia pode ter seus problemas, mas é ainda a melhor forma de governo.”**</i>
<b>Argentina</b>	67,3	84
<b>Colômbia</b>	63,6	83,5
<b>Brasil</b>	60,9	86,1
<b>Filipinas</b>	55	75,8
<b>México</b>	53	71,2

Fonte: Latinobarômetro (2010) and Asian Barometer (2010)

\* % que indicou que essa afirmativa estava mais próxima a sua opinião

\*\* % de “concordo” e “concordo bastante”

Ademais, os filipinos tendem a confiar menos nas instituições políticas, apresentando percepções mais semelhantes aos dos casos latino-americanos, como se pode ver na tabela 2. A cultura política latino-americana é tradicionalmente caracterizada pela desconfiança, enquanto a cultura política asiática é marcada pela confiança e obediência perante a autoridade (Pye, 2009). Entretanto, os dados sugerem níveis compatíveis de desconfiança entre os filipinos e os habitantes das principais economias latino-americanas.

**Tab. 2** – Confiança nas instituições

	<i>Confiança no governo nacional*</i>	<i>Confiança no Parlamento*</i>	<i>Confiança nos partidos políticos*</i>
<b>México</b>	34,2	30,1	19
<b>Argentina</b>	35,8	40,5	21,2
<b>Filipinas</b>	43,7	43,1	34,9
<b>Colômbia</b>	49,5	34,5	23,5
<b>Brasil</b>	56,2	45,5	24,7

Fonte: Latinobarômetro (2010) and Asian Barometer (2010)

\* % de “muita confiança”, “pouca confiança” e “alguma confiança”

Os dados nas tabelas servem para atestar semelhanças entre valores políticos de filipinos e latino-americanos. Há muito em comum não só em seus valores políticos, mas nos índices de desenvolvimento (v. *tabela 3*).

**Tab. 3** – Índices de desenvolvimento

	<i>Gini</i>	<i>Ano de independência</i>	<i>Mortalidade infantil (mortes/ 1.000 nasc.) [est. 2014]</i>	<i>Expectativa de vida escolar (anos)</i>	<i>PIB per capita (dólares) [est. 2013]</i>	<i>IDH [est. 2012]</i>
<b>Argentina</b>	0,458	1816	9,96	17	\$ 18.600	0,811
<b>Brasil</b>	0,519	1822	19,21	–	\$ 12.100	0,73
<b>Colômbia</b>	0,559	1810	15,02	13	\$ 11.100	0,719
<b>México</b>	0,483	1810 / 1821	12,58	13	\$ 15.600	0,775
<b>Filipinas</b>	0,448	1898 / 1946	17,64	11	\$ 4.700	0,654

Fonte: The World Factbook (CIA, 2014)

Como se conclui com base em dados como os das tabelas, as sociedades latino-americanas e filipinas são muito parecidas. Para além de semelhanças nos valores políticos entre seus cidadãos médios, *surveys* atestam semelhanças entre as elites latino-americanas e Filipinas. Lá e cá, as elites compartilham um forte desejo por ver o Estado como ator econômico capaz de gerar crescimento e sanar graves conflitos sociais (ver López 2013, 2014 para elites na América Latina e Clarke e Sison, 2005 para as elites filipinas). Apesar de terem visões semelhantes sobre como deve atuar o Estado são contrastantes os padrões da ação e penetração do Estado. Pesquisadores da política latino-americana frequentemente diagnosticam um grande Estado corporativo, que tem proporcionado desenvolvimento econômico, mas sufoca a esfera de solidariedade social e civismo (Reis, 1998; Schwartzman, 2007). E estudiosos da política filipina muitas vezes apontam a existência de um Estado fraco, que falha como ator econômico e é muitas vezes substituído por chefes locais. Tal fragilidade estatal se demonstraria na dificuldade de lidar com rebeliões armadas, corrupção, má gestão e cobrança de impostos.

Na próxima seção, traçamos uma comparação histórica entre caminhos políticos do Brasil e das Filipinas, a fim de explorar potenciais explicações para resultados políticos distintos apesar das semelhanças em seus valores culturais – e nas heranças históricas, discutidas logo adiante. A coexistência dessas sociedades parecidas com Estados tão distintos nos leva a crer que, conforme não poucos autores notaram, os argumentos puramente culturais são insuficientes para esclarecer obstáculos da democracia – e até da modernização – em países latino-americanos como o Brasil.

#### **4 PADRÕES HISTÓRICOS NAS FILIPINAS E NO BRASIL**

A escolha do Brasil parte de razões práticas. Além de ser o caso mais pesquisado por nós, é hoje a economia mais importante da América Latina e muitas teorias sobre a política da região são centradas nesse país (algo não necessariamente bom) ou em grande sintonia com a realidade política brasileira. Tomamos o Brasil e as Filipinas como casos semelhantes quanto às condições históricas que direcionaram seu desenvolvimento político. Quisemos buscar elementos históricos que assinalariam uma bifurcação, ou seja, que explicam por que as Filipinas não desenvolveram um Estado forte e interventor, enquanto as principais economias latino-americanas o fizeram.

O Brasil apresenta as principais características atribuídas à política latino-americana. No Estado: corporativismo, clientelismo, desenvolvimentismo, centralização do poder, corrupção e trajetória autoritária. Na sociedade: baixa confiança interpessoal e institucional, desapego à democracia e familismo. Autores latino-americanos fizeram análise elucidativa do papel da herança colonial e dos valores políticos no desenvolvimento da democracia, e esses dois argumentos causais muitas vezes convergem para explicar o gigantismo do Estado no Brasil.

As Filipinas, por sua vez, não constituem um caso típico do sul da Ásia em termos de desenvolvimento político. Há anos, o principal dilema político filipino tem sido sua incapacidade de aderir à

tendência asiática de rápido desenvolvimento econômico impulsionado pelo Estado (tigres asiáticos). Nas Filipinas, os pesquisadores políticos muitas vezes apontam para um Estado fraco, incapaz de desempenhar o papel econômico que outros Estados têm demonstrado na Ásia. Em termos sociais, porém, a maioria das características da América Latina mencionadas também se encaixa no caso filipino. As Filipinas parecem ser um país onde tais características superaram a força do Estado. Referimo-nos aos efeitos dos chefes locais, familismo e clientelismo na política.

Se o Brasil e as Filipinas têm uma história comum de domínio e de instituições ibéricas, por que um gerou um Estado grande, forte, corporativo e interventor, enquanto o outro país formou um Estado fraco? Para responder a isso, recorreremos à comparação de casos mais similares ou, na terminologia clássica, ao método da diferença (Mills, 2000).

Nossa perspectiva é macro-histórica, concentrando no modo como a colonização ibérica influenciou, em cada caso, instituições políticas e a relação entre Estado e sociedade. Primeiro, exploramos em separado as trajetórias políticas do Brasil e das Filipinas, cuja fraqueza estatal remonta, segundo Abinales e Amoroso (2005), ao desequilíbrio de poder entre líderes religiosos e gestores do estado durante o período da colonização espanhola. Nosso passo seguinte é sistematizar a comparação, destacando os principais achados à luz, também, da cultura política.

## **I) Percorso das Filipinas até um Estado fraco**

Antes da chegada dos espanhóis no século XVI, o arquipélago das Filipinas foi ocupado por várias populações asiáticas de eixos culturais muito distintos, como indianos, muçulmanos e chineses – os dois últimos foram particularmente relevantes na formação social. Hoje, o país tem grande maioria católica (cerca de 80% da população), mas com presença de islâmicos no sul, onde respondem por movimentos de guerrilha. O domínio hispânico começou com um pequeno povoado colonial para assegurar um porto na Ásia. O Oriente era uma fonte de especiarias e seda para a Espanha, mas o

centro da geopolítica espanhola se baseou nas Américas, onde disputas com Portugal e com impérios nativos andinos e mesoamericanos exigiram forte presença militar.

Nas Filipinas, como nas Américas espanhola e portuguesa, a igreja chegou junto com os conquistadores para catequizar os nativos, traço fundamental da dominação colonial ainda mais pela distância em relação à Europa e às Américas. Os frades penetravam no arquipélago por frações, o que ficou conhecido como *reducción* – o país se organizou em pequenos assentamentos evangelizados por missões itinerantes. Como o sistema *reducción* foi bem-sucedido, os frades espanhóis se tornaram as autoridades políticas mais reconhecidas nas Filipinas, desenvolvendo o que Abinales e Amoroso (2005) se referem como “poder de frade” (*friar power*). Uma das principais fontes de poder econômico na colônia foi o açúcar, mercadoria chave no comércio internacional, também explorado nas Américas. A agricultura de arrendatários foi outra fonte de poder importante (Larkin, 1993).

Como em outras colônias ibéricas, os donos de terra ofereciam pequenos assentamentos aos camponeses em troca de lealdade e de produção – uma relação de poder com consequências em quase todas as camadas da vida política. Em tempos coloniais, a elite rural filipina era composta basicamente por filipinos com descendência espanhola (*criollos e mestizos*). Durante o domínio espanhol, os frades se aliaram com esses proprietários a fim de recolher os impostos. Logo, a estrutura básica do poder político no regime ibérico recaía numa aliança entre senhorios e elites religiosas, com o consentimento de um poder monárquico distante. O controle direto pela coroa espanhola era escasso mesmo na capital Manila, mas a Espanha conseguiu organizar o território como sua colônia. Manila desenvolveu uma paisagem urbana semelhante à de capitais coloniais da América Latina: uma distribuição simétrica de ruas e uma praça central com uma igreja suntuosa, prédios administrativos e outros símbolos de poder. Em comparação com as colônias americanas, Manila tinha população espanhola modesta. Os espanhóis simplesmente não se interessavam em ir para as Filipinas.

O domínio colonial encontrou pouca resistência das populações nativas. As principais ameaças vieram de outras potências coloniais, especialmente britânicos que ocuparam Manila de 1762 a 1764 e foram expulsos pela aliança entre as elites locais e forças espanholas. O poder local foi reforçado na figura de *gobernadorcillos* (pequenos governadores), chefes com poder de polícia que governaram pequenas partes do arquipélago. O clientelismo predominou na política local e as autoridades públicas ao redor dos *gobernadorcillos* agiam servilmente. A polícia não tinha salário e os *gobernadorcillos* trocavam dinheiro e proteção por lealdade e submissão (Go, 2008). As elites religiosas respondiam pela maior parte da política nacional, incluindo a formulação da burocracia local. Contudo, seu poder se baseou na ausência de instituições estatais fortes. Funcionários públicos dependiam de religiosos para promoverem toda sorte de política, incluindo a cobrança de impostos. Por outro lado, os senhorios também se beneficiaram da falta de um governo central forte, o que lhes permitia oferecer favores, recebendo lealdade em troca.

Os frades proviam educação religiosa a pequenas frações da sociedade filipina, mantendo a coesão entre as elites. Não impunham o espanhol ou a alfabetização à maioria da população, como meio de evitar a formação de uma população culturalmente unida. Em vez disso, eles contaram com o analfabetismo e a diversidade linguística como ferramentas para manter o domínio sobre o arquipélago, impedindo o surgimento de novas lideranças.

As elites locais e coloniais cultivaram uma relação harmoniosa, fortemente mediada por homens da igreja, até a segunda metade do século XIX, quando um novo grupo de elites intelectuais (*ilustrados*) começou a agitar o ambiente político difundindo a oposição ao poder colonial. Eles influenciaram o poder local com escritos sobre uma filosofia política nacional que acusavam os espanhóis de quebrarem o pacto social espanhol-filipino. Para Abinales e Amoroso (2005), os *ilustrados* deram “validação ideológica” às elites locais para desafiar o poder colonial. Tal como grupos revolucionários da América Latina, essas novas elites intelectuais apresentavam uma ideologia que misturava o catolicismo ibérico com o pensamento iluminista francês.

Também como suas congêneres latino-americanas, as lojas maçônicas foram muito envolvidas nos esforços de reformar a política.

Naquele momento, a Espanha já perdera a maior parte de seus territórios na América Latina para exércitos de caudilhos locais e estava disposta a resistir à insurgência filipina. Até o fim da década de 1890, os Estados Unidos entraram na guerra, se juntando ao esforço local para derrotar a Espanha. No entanto, filipinos e americanos tinham interesses distintos. Elites locais aspiravam à independência – declarada duas vezes na guerra – e os Estados Unidos tentaram ocupar o país sul-asiático. Embora a aliança americano-filipina tenha derrotado os espanhóis, os Estados Unidos acabaram comprando as Filipinas da Espanha – a um custo de 20 milhões de dólares, segundo Abinales e Amoroso (2005) – e o arquipélago passou a outra potência.

### ***Domínio americano: origem acidental de um estado fraco***

Grande parte do desenvolvimento político das Filipinas é atribuída ao domínio americano entre 1898 e 1946. A troca do domínio espanhol pelo americano alterou o padrão de regime colonial. Conforme argumenta Go (2008), os americanos investiram numa estratégia singular de dominação para contrastar com o estilo europeu de colonialismo e, assim, conquistar “corações e mentes” das elites locais e da população em geral. Num traço colonial incomum, eles toleraram e até mesmo patrocinaram o poder local e incentivaram liberdades civis a fim de imitar uma rotina democrática. Os americanos consideraram sua a “missão” de educar as elites e a população filipinas, ensinando a democracia por meios não democráticos (Go, 2008).

Os americanos se voltaram primeiro à elite, propondo um sistema de poder compartilhado no qual o poder local permaneceu nas mãos de donos de terra, mantendo, assim, a estrutura política filipina básica. Ao contrário dos espanhóis, eles investiram muito em instituições estatais, proporcionando educação não religiosa a uma população maior. Os americanos tentaram impor o inglês pelo sistema educacional, importando milhares de professores americanos e formando professores locais. Elites políticas americanas nas

Filipinas tentaram converter o país num aliado autogovernado e democrático dos Estados Unidos, a fim de garantir a dominação futura do arquipélago sem os altos custos da administração colonial.

Apesar da continuidade de focos de guerrilha no arquipélago, as elites filipinas tiveram uma atitude positiva face à dominação norte-americana. Servidores públicos tomaram os Estados Unidos como sua “nova mãe”, como melhor pátria que concederia liberdade e, paradoxalmente, independência (Go, 2008). Apesar disso, os governantes norte-americanos não ficaram completamente satisfeitos com essa visão: consideravam os filipinos politicamente imaturos e lamentaram o fato de que poderiam estar ansiosos pela independência. Nas mentes americanas, levaria tempo até os filipinos poderem se autogovernar. Porém, os novos colonizadores fizeram questão de promover um ambiente político de diálogo com as elites locais.

O domínio americano teve um momento crítico: novos governantes patrocinaram uma ampla gama de novas instituições políticas, criando metas inéditas para seu desenvolvimento. Isso implicou uma mudança profunda nas aspirações locais. A política colonial americana tinha duas frentes: fornecer valores democráticos (educação política) às elites; e torná-las responsáveis por parte da vida política (Go, 2008). Contudo, como Beeson (2007) argumenta, essa estratégia de se aliar com as elites de terras e descentralizar o poder para incorporar a liderança local fortaleceu o patrimonialismo e o clientelismo. Assim, a intenção americana de importar a democracia ocidental veio a cristalizar a dominação tradicional.

As estruturas básicas do Estado filipino se construíram junto com a reprodução do poder sobre a terra. Os senhores de terras não tinham interesse na centralização da autoridade política, logo apoiaram instituições estatais desde que não interviessem sobre sua dominação clientelista, baseada em laços de família, patrimonialismo e reciprocidade assimétrica. Os americanos queriam reproduzir uma democracia baseada no poder local da comunidade, mas reproduziram, inadvertidamente, o poder de senhores de terras. O resultado foi um estado fraco – incapaz de guiar uma modernização tardia – com o patrimonialismo como principal modelo de dominação po-

lítica (Beeson, 2007). Esse padrão foi involuntariamente potencializado durante a colonização americana, mas sobreviveu além dela.

Em 1935, os Estados Unidos deram às Filipinas o status de *commonwealth*, num estágio preparatório para as elites políticas assumirem o país até a plena independência então planejada. Não intencionalmente, os americanos deixaram fracas estruturas estatais para trás, o que garantiu que a terra continuasse a ser a principal fonte de poder no país. Na Segunda Guerra Mundial, o Japão invadiu o arquipélago e estabeleceu um novo governo. Estima-se que batalhas e massacres tiraram a vida de cerca de um milhão de pessoas. Após o fim do conflito e da expulsão das forças japonesas, as Filipinas finalmente se tornaram independentes.

### ***Desenvolvimento político após a independência***

O padrão de poder político inaugurado sob o poderio americano mudou pouco depois da independência. Como as famílias usavam a terra para aumentar a influência política, as Filipinas se tornaram uma democracia dinástica (Querubin, 2011). As elites fundiárias simplesmente assumiram o lugar das antigas elites americanas, garantindo ainda mais poder. Em 1965, Ferdinand Marcos foi eleito presidente e começou um processo de transição para o autoritarismo, que culminou com a imposição da lei marcial no início dos anos 1970. Como nas ditaduras latino-americanas da época, o regime de Marcos se dedicou à luta contra “inimigos internos”. A maior fonte de conflito era a “ameaça comunista” e uma guerrilha islâmica no sul.

As Filipinas entraram na terceira onda de democratização no fim da década de 1980, tal como muitos países latino-americanos. Como no Brasil, a elite filipina fez promulgar uma nova Constituição para superar estruturas autoritárias de governo. A Constituição proibiu “dinastias” políticas, fixando limites aos mandatos, sem reeleições infundas, mas clãs poderosos superaram esse obstáculo se revezando no interior da família. Segundo Tusalem e Pe-Aguirre (2013), mais de 60% cadeiras no parlamento têm sido dominadas por clãs desde a restauração da democracia em 1987. Eles mostram como clãs

familiares que dominaram províncias são menos propensos a experimentar a boa governança em termos de infraestrutura, saúde, segurança, emprego e qualidade do governo. Ademais, quase metade dos governadores provinciais e dos congressistas tem parentesco entre si (Querubin, 2011). De acordo com vários estudos, o patrimonialismo e o estilo personalista da política prejudica a criação de um aparelho de Estado forte, capaz de adotar políticas por todo o país (Hedman e Sidel, 2000; Coronel, 2007; Tusalem e Pe-Aguirre, 2013).

Hoje, as Filipinas experimentam níveis sem precedentes de crescimento e diversificação econômicos. O país já não é essencialmente dependente da agricultura; é provido de um setor de serviços e um ambiente amigável para negócios na Ásia. Contudo, a estrutura de poder inaugurada por uma aliança igreja-terra e cristalizada involuntariamente sob a gestão americana limita as possibilidades de consolidação do alcance do Estado. Como as elites atuais herdaram estruturas estatais fracas, se ressentem do fato de que as Filipinas não conseguem replicar o processo de modernização visto em países vizinhos como a Coreia do Sul e outros “tigres asiáticos”. A modernização liderada pelo Estado não foi possível, nas Filipinas, porque o Estado não tinha força para liderar o mercado e a sociedade.

## II) Percurso do Brasil até um Estado forte

O Brasil e outros países latino-americanos receberam os primeiros europeus na passagem do século XV ao XVI, como resultado da busca de uma rota para a Índia. O regime colonial português sofreu ameaças significativas: tribos nativas; exércitos franceses e holandeses, que não geraram grandes danos; e revoltas locais de emancipação. Dependentes de escravos trazidos da África, as elites logo investiram nas exportações de *plantation*, principalmente de açúcar.

As primeiras famílias de elite no Brasil foram fruto de uma escolha da Coroa portuguesa de doar grandes territórios para a exploração de recursos como a cana-de-açúcar e, num primeiro momento, do pau-brasil. Equivalente ao *reducción* nas Filipinas em termos de organização social inicial, tais áreas foram chamadas de

capitanias hereditárias e os proprietários eram nobres ricos, que obtiveram seus lucros enquanto serviam à Coroa.

O domínio colonial no Brasil foi bem-sucedido, não apenas por méritos próprios, mas por conjunturas favoráveis como a decadência da economia agrária espanhola, devido às descobertas precoces de metais preciosos na América e à consequente concentração de renda no Estado (Furtado, 2001). A colonização portuguesa efetivou de fato o poder político da Coroa, com base numa aliança com a igreja e donos de terras. A igreja católica foi indispensável à propagação do português sobre línguas nativas e para a educação da elite.

No fim do século XVII, a mineração começou a ser progressivamente explorada e, em poucas décadas, o Brasil se tornou o maior produtor mundial de ouro (Skidmore, 1998). Como o destino de Portugal se entrelaçou com as riquezas de sua colônia na América, as elites brasileiras começaram a questionar sua subordinação à coroa portuguesa. As primeiras tensões levaram a conspirações sem efeitos relevantes – algumas foram vistas como ecos dos ideais das revoluções francesa e americana. As conquistas de Napoleão na Europa tiveram impacto decisivo no Brasil, visto que a coroa e cortesãos portugueses, com a ajuda da Inglaterra, se transferiram de Lisboa para o Rio de Janeiro, a fim de escapar do avanço napoleônico.

A mudança da sede portuguesa para a América em 1808, caso único na história colonial, significou um marco na construção do Estado brasileiro. Em 1822, foi declarada a independência não por rebeldes, mas pelo herdeiro do trono (no ano anterior, seu pai tinha regressado a Lisboa). Como uma monarquia semi-absolutista dependente do trabalho de escravos, o Brasil foi o último país independente das Américas a abolir a escravidão, em 1888.

### ***Desenvolvimento político após a independência***

Um dos “brasilianistas”, Skidmore (1998) assinala que a trajetória até a independência teve dois outros significados além da ruptura dos laços políticos e administrativos com Portugal: a influência inglesa na economia (o Brasil assumiu dívidas com a Inglaterra, que

ganhou o direito de pagar menores taxas comerciais); e a continuidade do domínio de elites fundiárias, pois a ordem socioeconômica não foi questionada. O fim da escravidão sucedeu mudanças na legislação que gradualmente libertaram escravos ou lhes concederam direitos. A transição para o trabalho livre foi exitosa em minimizar implicações potencialmente revolucionárias (Reis, 1979).

Um golpe militar converteu o Brasil numa república em 1889. A abolição da escravatura e a queda da Coroa brasileira reforçaram o poder das elites proprietárias de terras. A indústria partiu principalmente das mãos de latifundiários – também elites políticas – de modo que os governantes centrais e locais eram da mesma classe. A politização da economia pelos oligarcas teve efeitos de longo prazo no Estado, especialmente em seus traços autoritários. Reis (1979) destaca que o domínio agrário fortaleceu o poder executivo e a falta de *accountability* às demandas sociais. Como os proprietários estavam no centro do Estado, não competiam com ele.

Analisando as relações Estado-sociedade no Brasil, Faoro (2001, p. 824) concluiu que o patrimonialismo resistiu às mudanças “concentrando no corpo estatal os mecanismos de intermediação, com suas manipulações financeiras, monopolistas de concessão pública de atividade, de controle de crédito, de consumo, de produção privilegiada, numa gama que vai da gestão direta à regulamentação material da economia”. A predominância do Estado, segundo ele, sempre foi uma característica marcante da sociedade brasileira.

O Brasil tem sido visto por sociólogos políticos como um país de tradição autoritária. Um desequilíbrio entre Estado e sociedade foi atribuído por Schwartzman (2007) à coexistência de um Estado patrimonial e centralizado e uma sociedade civil descentralizada. Schwartzman alegou que duas transições seriam necessárias: a perda de traços autoritários e ineficientes pelo Estado e a implementação de um “sistema de representação mais real e diversificado”, em que interesses privados na sociedade não prevaleceriam sobre os públicos.<sup>4</sup>

---

<sup>4</sup> Schwartzman (2007) criticou teóricos de cultura política por basearem respostas numa especificidade da cultura política, sem considerar explicações mais estruturais. Os teóricos da modernização também foram criticados por suas previsões erradas e pela falta de uma explicação precisa do que aconteceu antes da modernização. Os autores deste trabalho têm a intenção de encontrar um equilíbrio entre a cultura e a história sem descuidar de cada uma.

O domínio oligárquico dos proprietários de terra foi aspecto central dos padrões políticos consolidados nas primeiras décadas da república. Implicações autoritárias em todos os níveis de governo emergiram da representação exclusiva das elites. A oligarquia sofreu um revés em 1930, quando um golpe de Estado apoiado por militares pôs fim a uma crise interna e levou à presidência de Getúlio Vargas, alheio aos polos de São Paulo e Minas Gerais. Era o começo de 15 anos ininterruptos de Vargas no poder – a segunda metade sob a ditadura do Estado Novo.

Se o Estado tinha um papel legitimado na economia antes da Revolução de 1930, como nas intervenções no mercado de café, após Vargas ele severamente aprofundou sua influência, apartando suas estruturas do interesse direto dos latifundiários. O Estado manteve uma posição privilegiada para regular a entrada de novos atores no sistema político. As elites agrárias tiveram de compartilhar o poder com a nova elite industrial emergente, sob o patrocínio de um Estado com grande autonomia. A política brasileira se baseou no que Schwartzman chamou de “política de cooptação”: “a busca do controle de agências governamentais como fonte para o exercício do clientelismo, para os que já possuíam poder, como para a incorporação de novos grupos, e também para a expulsão dos antigos” (*Idem*, p. 226). Assim, as formas emergentes de participação política foram controladas pelo Estado.

Após 1930, a sociedade foi organizada em torno de políticas de trabalho, o que Santos (1994) definiu como “cidadania regulada”. A cidadania resultou da regulação do trabalho e da expansão dos direitos associados a ela, como assistência à saúde e pensões. O Estado Novo (1937-45) institucionalizou assim o corporativismo, provendo direitos apenas para alguns grupos sociais. Somente os trabalhadores regulamentados poderiam aderir aos sindicatos, que deviam ter reconhecimento do Estado. A distribuição dos benefícios sociais acompanhou a distinção entre profissionais. A cooperação entre trabalhadores e empregadores, sob a supervisão do Estado, e a rejeição do conflito social marcaram o período autoritário, no qual o governo criou estruturas técnicas, reunindo representantes de empresários e especialistas, para substituir o Congresso.

As instituições implantadas por Vargas ampliaram a capacidade do Estado de intervir na economia e na sociedade, forjando um padrão autoritário de relação entre autoridade e mercado que, embora adaptado a dinâmicas sociais de cada momento, vigorou até o fim do regime militar, em 1985. Como bem argumenta Leão (2013), esse padrão permaneceu e se aprofundou por dois fatores em prol do dirigismo estatal: (i) a contínua concentração de recursos e de poder decisório nas mãos do governo central e (ii) os mecanismos institucionais e agências criadas para viabilizar o protagonismo do Estado perante o mercado.

Desde 1985, tal padrão histórico da relação entre autoridade e mercado sofreu mudanças a partir de reformas como as privatizações, a abertura comercial e a descentralização política e administrativa. Essa alteração está relacionada com a adaptação do Estado brasileiro à lógica e às oscilações do mercado internacional e com sua menor capacidade de determinar com independência a trajetória de desenvolvimento (Leão, 2013). Em que pesem essas mudanças, não faltam exemplos recentes de como o Estado brasileiro mantém um papel ativo na organização da economia e da sociedade.

## 5 DISCUSSÃO

As Filipinas e o Brasil compartilham fortes semelhanças no passado colonial. Ambos foram colonizados por coroas ibéricas, que contaram muito com a Igreja e donos de terras para organizarem o poder político no exterior. Em ambos os casos, tal dominação só foi contestada pela *intelligentsia* local, inspirada no pensamento político francês. O Brasil e as Filipinas viram a queda de seus monarcas na mesma década. A promulgação da república no Brasil e a passagem da dominação colonial espanhola para a americana nas Filipinas parecem constituir os momentos críticos nos quais esses dois casos bifurcaram para padrões opostos de construção do Estado.

Tanto nas Filipinas quanto no Brasil, a terra era a principal fonte de poder político. Seus proprietários usavam relações assimétricas de poder para prestar favores, mantendo a dominação baseada

na lealdade. Mas a elite rural no Brasil, ao contrário das Filipinas, ocupou a chefia do governo após a instituição da república. Ela fortaleceu os poderes do Estado, a fim de canalizá-lo para os interesses da agroindústria. De modo não intencional, a elite brasileira do café promoveu a formação de um Estado forte, que mais tarde lhe virou as costas. No contexto de uma profunda crise econômica e política, as elites políticas e militares fora do eixo do poder fizeram um golpe e instituíram um Estado ditatorial altamente centralizado. Já havia a estrutura principal do Estado, que o novo regime autoritário canalizou para longe do interesse restrito de latifundiários. Como em outros casos de modernização tardia na América Latina, o Estado no Brasil se tornou o maior ator econômico, criando uma série de estatais e promovendo intencionalmente a industrialização e a urbanização. Esse padrão se aprofundou nas décadas seguintes.

Enquanto isso, latifundiários filipinos não ocuparam a chefia do governo após o regime ibérico. As Filipinas passaram das mãos da Espanha para os Estados Unidos. Os colonizadores americanos queriam “educar” a elite filipina em seus termos, então conceberam uma estrutura de poder descentralizada, na qual as elites locais ficaram responsáveis pelo poder local. Sem ligações mais profundas com o núcleo do Estado, os donos de terra não tinham incentivos para cooperarem com o fortalecimento de uma autoridade política central no governo americano. Ao contrário, preferiam negociar com os americanos de forma a manterem intacto seu poder local. Sem entrarem no Estado, eles continuaram a investir no familismo como principal fonte de poder político. Com o fim da administração americana, as elites filipinas apenas estenderam tal padrão ao governo central, criando uma democracia dinástica cujo objetivo era garantir o poder local.

Com o forte poder na terra e a forma descentralizada de governar, a via de modernização tomada por muitos países latino-americanos não foi possível nas Filipinas.

**Tab. 4 - Comparando Brasil e Filipinas**

<b>Brasil</b>	<b>Filipinas</b>
Regime colonial ibérico	Regime colonial ibérico
Poder político efetivo da coroa e aliança coroa-igreja-latifundiários	Poder político não efetivo da coroa e aliança igreja-latifundiários
Golpe militar republicano	Tomada do poder pelos americanos
Poder político da terra baseado no clientelismo	Poder político da terra baseado no clientelismo
Fim do poder da coroa: república	Fim do poder da coroa: colonização dos EUA
Governos central e local ocupados pela mesma classe (latifundiários)	Governo central: americanos Governo local: latifundiários filipinos
Modernização conservadora	Democracia dinástica
Estrutura de poder centralizada	Estrutura de poder descentralizada
Autoritarismo corporativo	Autoritarismo personalista/familista
Militarismo (auge do modelo) e forte tecnocracia (autoritarismo burocrático)	Militarismo (auge do modelo) com forte personalismo
<b>Estado forte</b>	<b>Estado fraco</b>

A tabela 4 sintetiza nossa descrição do desenvolvimento político do Brasil e das Filipinas. Como vimos, os caminhos inicialmente são semelhantes. Nos primórdios, os Estados brasileiro e filipino se organizaram politicamente pelo poder de latifundiários e pela adoção de clientelismo. No entanto, as elites centrais e locais no Brasil pertenciam ao mesmo grupo de interesses, enquanto a elite filipina foi mantida de lado no governo central. Para garantir sua parcela de poder, a elite agrária filipina tinha que evitar a penetração da autoridade do Estado na política local. Para os proprietários filipinos, um Estado fraco poderia garantir a continuidade de seu poder.

Após essa bifurcação, as sociedades do Brasil e das Filipinas continuariam a se parecer, mas as marcas de um Estado forte num caso e um Estado fraco no outro seriam duradouras. Ambos os países desenvolveram tipos de autoritarismo e de ditadura militar, mas a experiência brasileira era de autoritarismo burocrático e a filipina era de autoritarismo personalista/familista. Se o Brasil enfrenta problemas atuais na democracia, dada a herança do Estado forte interventor, as Filipinas encaram o desafio oposto. As Filipinas não poderiam usar estruturas estatais para promover o crescimento, pois

elas simplesmente não foram criadas. Como sabemos, isso tampouco se traduziu em democracia nas Filipinas.

O Estado filipino difere muito do Estado brasileiro – e outros latino-americanos –, mas o mesmo não ocorre em relação às suas sociedades, com estruturas sociais e valores políticos muito próximos entre si. As percepções dos filipinos sobre a legitimidade da democracia e a confiança nas instituições se parecem com as de argentinos, brasileiros, colombianos e mexicanos. Isso nos mostra que o peso de uma herança cultural ibérica é, na melhor hipótese, uma causa insuficiente e fraca para explicar o padrão de interação entre Estado e sociedade na América Latina.

É mais plausível crer que a maior causa das diferenças entre o Estado no Brasil – com índices de transformação política e estatismo de 8,2 e 8,3 – e nas Filipinas – com os índices 6,8 e 7,0, respectivamente (BTI, 2014) – tenha a ver com a distribuição do poder entre as elites. Sem concorrentes significativos e ocupando todas as posições no Estado, latifundiários brasileiros usaram o Estado para proteger sua fonte de receita: o café. Assim, criaram uma poderosa burocracia capaz de interferir na economia e na sociedade. Já a elite filipina tinha acesso apenas a uma pequena parte do Estado, mantendo seu poder local, com base nos laços familiares e na política de clientelismo. Apesar de cooperarem com as elites americanas, ela sabia que a estrutura de poder estatal só a favoreceria desde que o Estado não alcançasse suas principais fontes de poder. Tais diferenças na formação desses Estados ajudam a explicar por que casos semelhantes geraram modelos políticos opostos.

## 6 CONCLUSÃO

Nossa comparação exploratória entre a América Latina e as Filipinas problematiza alguns pressupostos comuns sobre a política latino-americana, em especial a noção de que a primazia do Estado na região é herança direta do domínio ibérico. O caso filipino falha em seguir essa visão determinista, sendo um caso de ex-colônia ibérica com o problema oposto: Estado reduzido. Outra noção comum

sobre a política no subcontinente, presente ainda mais na literatura local, é de que o atraso da região se deve à sua cultura política, que seria subproduto do regime ibérico.

Nosso estudo atesta que as Filipinas e os maiores países latino-americanos se parecem em muitos valores políticos, mas não apresentam a mesma estrutura política. Se o domínio ibérico, o catolicismo e o familismo são realmente as causas da forma atual dos Estados da América Latina, então as Filipinas representariam um Estado latino-americano típico. As Filipinas estiveram sob domínio espanhol mais do que a média dos países latino-americanos, têm uma ampla maioria de católicos (muito mais que o Brasil, por exemplo) e forte familismo até hoje. Porém, as sociedades filipina e latino-americanas se assemelham muito mais entre si do que os Estados.

De certo modo, as Filipinas representam um espelho interessante para a América Latina. Como países tais quais o Brasil, Argentina e México se pareceriam se não seguissem o caminho que conhecemos hoje? Muitas vezes se presume que o percurso político da América Latina foi o pior possível, e que fortes Estados autoritários são as principais causas da pobreza, desigualdade e má representação. Embora as modernizações conservadoras na América Latina não mereçam ser celebradas, como cientistas sociais devemos ser céticos em relação a respostas fáceis.

Nas Filipinas, o domínio americano pôs chefes locais à margem de estruturas de poder. Em vez de enfraquecerem o clientelismo e o familismo, a alienação das elites diante do Estado só serviu como incentivo para a reprodução do poder local. Um Estado mais fraco não implicou mais democracia ou uma sociedade civil mais ativa. Ele somente significou menos oportunidades econômicas e chefes locais mais fortes.

Ao justapormos os valores e a história política, buscamos conciliar com equilíbrio óticas que têm muito a ganhar quando articuladas. Essa estratégia nos permitiu concluir que a América Latina e as Filipinas tanto se parecem (nos valores políticos de suas sociedades) quanto se distinguem (na capacidade de intervenção dos Estados). Sem esse recurso de análise, não teríamos colocado em xeque o argumento já clássico de que vicissitudes do Estado e da sociedade

na América Latina são resultados da herança ibérica – as Filipinas têm a mesma origem em comum, mas sua política exhibe vários traços distintos da latino-americana. Com nossos estudos de caso, demonstramos que a abordagem da cultura política merece se irmanar com a análise dos fatores estruturais e históricos mais dinâmicos.

## REFERÊNCIAS

- ABINALES, P. N.; AMOROSO, D. J. *State and Society in the Philippines*. Lanham: Rowman & Littlefield Publishers, 2005.
- ALMOND, G. A.; VERBA, S. *The Civic Culture: Political Attitudes and Democracy in Five Nations*. Princeton: Princeton University Press, 1963.
- ASIAN BAROMETER. Survey of Democracy, Governance and Development 2010. In: <http://www.asianbarometer.org/newenglish/surveys/DataRelease3.htm>, acesso em 20 de outubro de 2013.
- BEESON, M. Civil-Military Relations in Indonesia and the Philippines Will the Thai Coup Prove Contagious?. *Armed forces & society*. Vol. 34, nº. 3, pp. 474-490, 2008.
- BTI. Bertelsmann Stiftung (Ed.). *Transformation Index BTI 2014: Political Management in International Comparison*. Gütersloh: Verlag Bertelsmann Stiftung, 2014.
- CARDOSO, F. H.; FALETTO, E. *Dependência e desenvolvimento na América Latina*. 8 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- CIA. *The World Factbook*. In: <http://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/index.html>, acesso em 11 de janeiro de 2015.
- CLARKE, G.; SISON, M. Voices from the top of the pile: elite perceptions on the poor and the poor in the Philippines. In REIS, Elisa P.; Mick MOORE. *Elite perceptions of poverty and inequality*. London: Zed Books, 2005. (pp. 57-90)
- CORONEL, S. S. The Philippines in 2006: Democracy and Its Discontents. *Asian Survey*, Vol. 47, nº1, pp. 175-182, 2007.
- CRAIG, A. L.; CORNELIUS, W. A. Political Culture in Mexico: Continuities and Revisionist Interpretations. In: ALMOND, Gabriel A.; VERBA, S. (Ed.) *The Civic Culture Revisited*. Boston: Little, Brown and Company, 1980. (pp. 325-393).

- DA MATTA, R. *A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- DUARTE, N. *A ordem privada e a organização política nacional*. São Paulo: Ed. Nacional, 1966.
- FAORO, R. *Os donos do poder*. 3 ed. S. Paulo: Globo, 2001.
- GO, J. *American empire and the politics of meaning: Elite political cultures in the Philippines and Puerto Rico during US colonialism*. Durham: Duke University Press, 2008.
- FURTADO, C. *Formação econômica do Brasil*. 30 ed. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 2001.
- HOLANDA, S. B. de. *Raízes do Brasil*. 23 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1991.
- HEDMAN, E.-L. E.; SIDEL, J. T. (ed.). *Philippine politics and society in the twentieth century: colonial legacies, post-colonial trajectories*. London: Routledge, 2000.
- HUNTINGTON, S. P. *The clash of civilizations and the remaking of world order*. New Dheli: Penguin Books India, 1997.
- \_\_\_\_\_. *Political order in changing societies*. New Haven: Yale University Press, 2006.
- INGLEHART, R. *Culture Shift in Advanced Industrial Society*. Princeton: Princeton University Press, 1990
- INGLEHART, R.; WELZEL, C. *Modernization, Cultural Change and Democracy*. New York and Cambridge: Cambridge University Press, 2005.
- KURTZ, M. *Latin American State Building in Comparative Perspective: Social Foundations of Institutional Order*. New York: Cambridge University Press, 2013.
- LARKIN, J. A. *Sugar and the origins of modern Philippine society*. Berkeley: University of California Press, 1993.
- LATINOBAROMETRO. Latinobarómetro 2010. In: <http://www.latinobarometro.org/latContents.jsp>, acesso em 20 de outubro de 2013.
- LEÃO, L. de S. Bringing Historical Sociology and Path-Dependence Together: A Case Study of the Brazilian Political Economy (1930-

2000). *Historical Social Research- Historische Sozialforschung*. Vol. 38, nº 2, pp. 172-196, 2013.

LIPSET, S. M. *Political man*. London: Mercury Books, 1963.

LÓPEZ, M. Elite perception of inequality as a threat to democracy in six Latin American countries. In: DUBROW, J. K. (Org.). *Political Inequality in the Age of Democracy: Cross-national Perspectives*. London: Routledge, 2014 (pp. 95-109).

\_\_\_\_\_. The state of poverty: Elite perceptions of the poor in Brazil and Uruguay. *International Sociology*. Vol. 28, nº3, pp.351-370, 2013.

MAHONEY, J. *Colonialism and Postcolonial Development: Spanish America in Comparative Perspective*. New York: Cambridge University Press, 2010.

MILLS, C. W. *The sociological imagination*. Oxford: Oxford University Press, 2000.

O'DONNELL, G. Another institutionalization: Latin America and elsewhere. *Kellogg Institute working paper 222*. Notre Dame: Kellogg Institute for International Studies, 1996.

PYE, L. W. *Asian power and politics: The Cultural Dimensions of Authority*. Cambridge: Harvard University Press, 2009.

QUERUBIN, P. Political reform and elite persistence: Term limits and political dynasties in the Philippines. In: [http://www.econ.yale.edu/conference/neudc11/papers/paper\\_242.pdf](http://www.econ.yale.edu/conference/neudc11/papers/paper_242.pdf), acesso em 6 de janeiro de 2015.

REIS, E. P. The Agrarian Roots of Authoritarian Modernization in Brazil, 1880-1930. *Tese* (PhD em Ciência Política), MIT, Cambridge, MA, 1979.

\_\_\_\_\_. *Processos e escolhas: estudos de sociologia política*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1998.

RICUPERO, B. *Sete lições sobre as interpretações do Brasil*. São Paulo: Alameda, 2011.

RUESCHEMEYER, D.; STEPHENS, E. H.; STEPHENS, J. *Capitalism Development and Democracy*. Chicago: Chicago University Press, 1992.

SANTOS, W. G. dos. *Cidadania e justiça: a política social na ordem brasileira*. 3. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1994.

- SARMIENTO, D. F. *Facundo: civilization and barbarism*. Berkeley: University of California, 2003.
- SCHWARTZMAN, S. *Bases do autoritarismo brasileiro*. 4 ed. Rio de Janeiro: Publit, 2007.
- SKIDMORE, T. *Uma história do Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.
- TUSALEM, R. F.; PE-AGUIRRE, J. J. The Effect of Political Dynasties on Effective Democratic Governance: Evidence From the Philippines. *Asian Politics & Policy*, Vol. 5, nº3, pp. 359-386, 2013.
- VIANNA, O. *Instituições políticas no Brasil*. v 1. Belo Horizonte: Itatiaia; S. Paulo: Editora da USP; Niterói: Ed. UFF, 1987.
- VIANNA, L. J. W.; PERLATTO, F. Iberismo e americanismo. In: SCHWARCZ, L.; BOTELHO, A. (Org.). *Agenda brasileira: temas de uma sociedade em mudança*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. p. 246-255.
- WVS. *World Value Survey 1981-2008 official aggregate*. World Values Survey Association. In: <http://www.worldvaluessurvey.org>. Aggregate File Producer: ASEP/JDS, Madrid, 2009.

Recebido: 25/02/2015.

Aprovado condicionalmente: 20/07/2015.

Aprovação final: 28/07/2015.